**PLANO DE SIMULADO**

**LOCAL/MUNICÍPIO**

ÁREA DE ATENÇÃO/ÁREA DE RISCO**:**

**NOME DA(S) LOCALIDADE(S)**

TIPO DE SIMULADO**:**

**TABLETOP/FUNCIONAL/GRANDE ESCALA**

**INTRODUÇÃO**

Descrição sobre a área abordada, seu histórico de desastres e a importância do simulado para região.

**DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA**

Ao falar sobre Defesa Civil, é inevitável a associação com os diversos planos, sejam eles de evacuação dos moradores do local, sejam os planos de contingência ou até mesmo os simulados para treinamento da população local ante os desastres. Todavia, todos esses planejamentos e articulações são pautados em diversas legislações de âmbito federal, estadual e municipal, facilmente encontradas no site da defesa civil do estado do Paraná, que regem as atividades de proteção dos cidadãos e prevenção e redução de desastres. Abaixo estão elencadas as leis de cunho mais relevantes para a realização deste plano de simulado para a comunidade de Portinho em Antonina-PR.

Âmbito Federal

* Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 - Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres;
* Lei nº 14.750, de 12 de dezembro de 2023 - Altera as Leis nº 12.608, de 10 de abril de 2012, e 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para aprimorar os instrumentos de prevenção de acidentes ou desastres e de recuperação de áreas por eles atingidas, as ações de monitoramento de riscos de acidentes ou desastres e a produção de alertas antecipados;
* Decreto nº 10.593, de 24 de dezembro de 2020 - Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e do Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil e sobre o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil e o Sistema Nacional de Informações sobre Desastres;
* Portaria n.º 260/2022 e Portaria 3646/2022 - Estabelece procedimentos e critérios para o reconhecimento federal e para declaração de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos municípios, estados e pelo Distrito Federal;

Âmbito Estadual

* Lei Estadual nº 18.519, de 23 de julho de 2015 - Institui a Política de Proteção e Defesa Civil do Estado do Paraná;
* Lei Estadual nº 21.720, de 31 de Outubro de 2023 - Dispõe sobre a transferências obrigatórias de recursos do Estado do Paraná aos municípios paranaenses, para a resposta e recuperação em áreas atingidas por desastres, cria o Fundo Estadual para Calamidades Públicas, e dá outras providências.
* Decreto Estadual nº 9.557 de 06 de Dezembro de 2013 - Institui o Regulamento do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil – SEPDEC, o Centro de Estudos e Pesquisas sobre Desastres – CEPED e dá outras providências.
* Decreto Estadual nº 2596, de 2 de setembro de 2019 - Aprova o Regulamento da Coordenadoria Estadual da Defesa Civil.
* Decreto nº 3981, de 8 de Novembro de 2023 - Aprova o Regulamento do Fundo Estadual para Calamidades Públicas, criado pela Lei nº 21.720, de 31 de outubro de 2023.
* Decreto nº 3589, de 6 de Outubro de 2023 - Cria a Rede Estadual de Manejo de Animais em Desastres – REMAD

Âmbito Municipal (incluir leis, protocolos ou outros documentos municipais se houver)

* Plano de Contingência Online de Município

Manuais e Cartilhas

* Manual de Operacionalização de COMPDEC - Guia de procedimentos para ações de proteção e Defesa Civil para os municípios do Paraná;
* Cartilha para Prefeitos – Como estabelecer a Defesa Civil no Município;

**OBJETIVOS DO SIMULADO**

**OBJETIVOS GLOBAIS** (deixar marcados apenas aqueles que são realmente objetivos que serão verificados)

1. *Fomentar a participação da comunidade*
2. *Avaliar a capacidade de ação do poder público*
3. *Avaliar os protocolos de atendimento*

**OBJETIVOS ESPECÍFICOS** (deixar marcados apenas aqueles que são realmente objetivos que serão verificados. Adicionar outros se necessário.)

1. *Informar a população de Portinho sobre a ocorrência do simulado;*

A população é a parte mais importante do exercício, pode-se desenvolver a autoproteção a partir da sua participação.

Para garantir a eficácia e o bom andamento do simulado, é necessário que a população esteja ciente da atividade, de maneira que se evite causar pânico e transtorno às pessoas por conta da desinformação.

Ainda, ao instruir os cidadãos quanto à ocorrência do exercício, aumenta-se a participação da comunidade, tanto em quantidade quanto qualidade, e consequentemente, melhor será a preparação e o reflexo do treinamento diante do acontecimento de um desastre real.

Além de instigar a participação do simulado, a simples ação de explanar sobre a realização da atividade faz com que o assunto sobre a preparação para o caso da ocorrência de desastres seja levantado, o que leva os indivíduos refletirem sobre, ao invés de apenas naturalizar a situação adversa e suas consequências.

Ademais, ao visualizarem a organização de um exercício em conjunto, contando com a participação de forças de segurança, diversas Secretarias estaduais e municipais, de agentes de defesa civil, voluntários, entre outros, a população pode visualizar que existe um trabalho especializado sendo desenvolvido para garantir a segurança e a ordem pública.

Diante disso, fica visível a importância do desenvolvimento das ações preventivas e do trabalho realizado objetivando o bem comum da sociedade, e torna-se evidente que esta também tem sua parcela de responsabilidade nas atividades de prevenção.

1. *Instruir as instituições a respeito do plano de contingência e ações que serão desempenhadas no simulado;*

Uma vez que é o primeiro simulado, é necessário que seja realizado um nivelamento sobre o Plano de Contingência e sobre os protocolos de atendimentos utilizados pelas instituições/organizações envolvidas.

Para que os objetivos sejam alcançados, é necessário que todos os participantes tenham conhecimento deles e do que será feito para atingi-los, de maneira clara devem ter ciência da função de cada figura no cenário. De forma que, entendendo a competência de cada instituição e a lógica das ações empregadas, todos ajam de maneira sinérgica para que a ação diante de um desastre real seja eficiente.

Portanto, cada ator do simulado deve saber como deverá proceder, em que local, em qual momento, de que forma e com qual objetivo. Demonstrando organização, de forma que ao realizar o treinamento com as funções definidas, seja alcançado o êxito, se necessário sejam corrigidos e melhorados pontos que tenham ficado desalinhados, e por fim, que todos tenham mais confiança e conhecimento das ações que devem tomar diante de desastres.

Diante disso, por meio do plano simulado, será levado o conhecimento sobre a relevância do plano de contingência, como estruturá-lo e colocá-lo em prática em casos de necessidade. Assim, devem ser esclarecidas quais ações serão executadas por quais instituições durante o simulado, ou seja, as competências devem ser bem definidas e de amplo conhecimento.

1. *Instruir a população de Portinho sobre os procedimentos a serem adotados em caso de evacuação local*

Uma das ações mais importantes diante da possibilidade real de um desastre, é a evacuação da população exposta à área de risco, de forma a cessar a ameaça e garantir a segurança dos cidadãos, minimizando as consequências do desastre.

Assim, para garantir a rapidez da evacuação para que todos sejam retirados do local de risco a tempo, é necessário que sejam tomadas as ações certas, de forma a não deixar se instaurar a desorganização e o pânico, pois estes transtornos comprometem a retirada ágil da população vulnerável do local.

Dessa forma, por meio do simulado, a população será instruída sobre como será realizada a evacuação em caso de desastres, o que deve fazer e como deve colaborar com a ação. Para tanto, uma reunião informativa deverá ser agendada.

1. *Realizar a evacuação da comunidade de Portinho em 2 horas (tempo definido de acordo com a realidade local e com o objetivo local)*

Por meio de ações conjuntas sinérgicas, organizar as instituições participantes e instruir a população de maneira que a partir do momento em que se iniciarem os avisos de evacuação, num tempo máximo de 2 horas, todos os indivíduos vulneráveis às áreas de risco envolvidas no simulado estejam alocados nos abrigos.

Dessa forma, será avaliado se o método de aviso à população está sendo efetivo, se a comunidade sabe para onde se dirigir no caso de evacuação, se o transporte sabe onde irá buscar os cidadãos, se a quantidade de veículos é suficiente para retirar os indivíduos da área de risco dentro do tempo previsto, se está bem definido quem irá para qual abrigo e com qual transporte e se os abrigos de fato comportam a quantidade prevista de pessoas.

1. *Testar a funcionalidade dos abrigos*

Reunir nos abrigos a quantidade de pessoas correspondente à capacidade de lotação registrada no plano de contingência e averiguar se é a estadia dessas pessoas é realmente viável nos abrigos cadastrados. Assim, será realizada a verificação das condições de atendimento às necessidades básicas dos desabrigados, como acesso a banheiros, água potável e conforto no local. E outros insumos de alimentação e estadia.

Diante disso, serão averiguados critérios como quantidade suficiente de sanitários, chuveiros, energia elétrica estável, abastecimento de água suficiente, espaço disponível para pernoite, existência ou não de ambientes que permitam a acomodação separada de indivíduos do sexo masculino e feminino, local para realização de refeições, além das condições de higiene e limpeza para evitar a disseminação de doenças.

1. *Testar se os transportes conseguem suprir a demanda de levar todas as pessoas atingidas aos abrigos em um tempo menor do que 2h*

A celeridade no transporte das pessoas afetadas é importante para prover dados às operações assim que possível, no sentido de contabilizar e localizar pessoas. Isso permite já iniciar a contabilização dos indivíduos nos abrigos, auxiliando na verificação da capacidade de lotação destes locais.

Objetiva-se também verificar a eficiência e segurança dos trajetos escolhidos para os transportes, no sentido de analisar a qualidade das vias, e áreas de risco nesta, como locais sujeitos a deslizamentos ou alagamentos, que possam comprometer as rotas.

1. *Realizar a integração entre os órgãos de resposta a desastres e as entidades da esfera civil*

O Simulado não só permite que os Agentes públicos de diferentes Órgãos Estatais se conheçam melhor como também que a população de áreas de risco se familiarize com estes agentes. Além destes, as entidades da esfera civil (e.g.: Radioamadores, ONGs, Corpos voluntários, Associações de moradores).

A integração entre todos os envolvidos visa gerar uma dinâmica de trabalho mais eficiente, que possa ser aplicada ao caso concreto quando o local estiver exposto a um evento de desastre. Para tal objetiva-se que durante o simulado haja interações entre todos os entes, por meio do engajamento de todos com suas funções.

1. *Fomentar a participação da sociedade civil organizada*

Envolver a sociedade civil organizada que tenha atuação local, como associações, ONGs, OSCIPs, grupos de escoteiros, corpos de voluntários de empresas, entre outros, que possam auxiliar nas ações de resposta.

**CENÁRIO GERAL**

**DEFINIÇÃO DO CENÁRIO**

**ÁREA DO SIMULADO**

**Município:** nome do município

**Área de atenção:** indicar nome da área

**Localidade/ Comunidade afetada:** indicar nome das comunidades afetadas.

**Detalhamento:** descrever como é a área, com referências, e quais são os problemas (estruturais e não estruturais que acontecem nela).

**Condições topográficas e do solo** (se for o caso de deslizamento)

**Declividade:** preencher conforme indicado na ficha da área de atenção;

**Vegetação:** preencher conforme indicado na ficha da área de atenção;

**Drenagem:** preencher conforme indicado na ficha da área de atenção;

**Evidências de movimentos:** preencher conforme indicado na ficha da área de atenção;



**Ponto de reunião:** indicar qual a localidade onde as pessoas devem se reunir após o abandono do local.

**Fatores de risco:** preencher conforme indicado na ficha da área de atenção.

**Cenário do Simulado:** Descrever a situação. (haverá uma situação geral para todo o litoral, no caso).

**Comunidade afetada:** 180 pessoas; 46 residências (modificar conforme a área escolhida).

**Meios de aviso/alerta da população:** indicar meio de aviso da população.

**LOGÍSTICA**

Nesta parte do plano de simulado procura-se elencar e pontuar quais recursos serão utilizados durante o exercício do Plano Simulado, sejam os que encontram-se cadastrados e disponíveis no Plano de Contingência Municipal e outros que serão empregados apenas durante o exercício. É a partir desta listagem que os recursos mais importantes, e que são normalmente mais empregados em desastres, podem ser quantificados.

Para compreender, de maneira holística, a etapa de logística de um plano simulado, algumas ações, preparações e conscientização (seja da população, dos voluntários ou dos órgãos envolvidos) são necessárias, seguindo o cenário e a abordagem que o simulado pretende alcançar.

Diante desse contexto, é de suma importância a integração entre os participantes (ou *players*) já cadastrados e os responsáveis pelos recursos. Um ponto importante é a definição dos agentes que participarão do simulado como equipe de organização/*staff* e participantes. Enquanto organização, pontuamos a importância da participação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de Antonina (COMPDEC), a Coordenadoria Regional de Proteção e Defesa Civil (CORPDEC) e outros que sejam importantes.

Os *players* elencados como participantes e cadastrados pelo Plano de Contingência de Município são: **Modificar conforme a realidade local**. Ex.: Secretaria de Educação (abrigos, transportes e motoristas); Secretaria de Obras (caminhões. retroescavadeiras e motoristas); Secretaria de Saúde (ambulâncias, médicos e enfermeiros) e Secretaria de Vigilância Sanitária (enfermeiros e médicos veterinários). A participação das secretarias é de extrema importância para viabilizar recursos básicos à comunidade afetada pelo cenário. A participação da Polícia Militar poderia viabilizar o treinamento das equipes policiais no isolamento das áreas de risco ou que já foram afetadas, impedindo o acesso de pessoas não autorizadas e auxiliando a comunidade afetada na saída do local. Outros participantes que podem ser acionados na participação do simulado são os líderes comunitários e voluntários, em que, os primeiros, podem ser uma frente de comunicação com a comunidade afetada, elencando quais suas demandas e necessidades. Quanto a participação dos voluntários, esta incrementa a fidelidade do simulado, visto que nos eventos que geram desastres, alguns deles são comumente acionados para prestar apoio. Um desses voluntários é o REER (Rede Estadual de Emergência de Radioamadores).

A cronologia de ativação desses recursos ocorrerá conforme a previsão do cenário do simulado e de maneira ordenada e de acordo com a demanda dos critérios de ativação já pautados no Plano de Contingência.

Por conseguinte, denominamos os agentes de cada entidade como os *players* do simulado. Estes são os principais objetivos da integração das forças, pois através deste treinamento/simulado, saberão executar de forma direcional e harmoniosa as atividades necessárias para melhor atender a população. De forma mais pontual, os jogadores do plano de simulado a ser aplicado em Antonina serão:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| ***Player*** | **Órgão** | **Recurso Material** | **Responsabilidades** | **Contato** |
| Nome | Secretaria de \_\_\_\_\_\_\_ | Micro-Ônibus e Van | Transporte | (99) 99999-9999 |

Diante da contextualização em âmbito logístico, juntamente à integração do cenário pré-estabelecido, a logística irá preocupar-se em disponibilizar os recursos necessários para que o plano de simulado seja concretizado. Os recursos serão divididos conforme os tópicos subsequentes, juntamente ao recurso humano responsável pelo material e que será empregado para a execução da tarefa:

1. ***Estrutura física***

Serão utilizados os seguintes espaços físicos e estruturas temporárias para ativação das ações.

Descrever espaços físicos que serão utilizados. Dividir entre os que estarão à disposição do atendimento do simulado, e aqueles que estarão à disposição da equipe de organização do simulado, para acompanhamento das atividades.

1. ***Veículos***

Descrever os veículos que serão utilizados. Dividir entre os que estarão à disposição do atendimento do simulado, e aqueles que estarão à disposição da equipe de organização do simulado, para acompanhamento das atividades.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| ***Player*** | **Órgão** | **Recurso Material** | **Responsabilidades** | **Contato** |
| Nome | Secretaria de \_\_\_\_\_\_\_ | Micro-Ônibus e Van | Transporte | (99) 99999-9999 |

Veículos das equipes de *Staff* e organização do simulado. Para tal, pontuamos a necessidade de:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| ***Player*** | **Órgão** | **Recurso Material** | **Responsabilidades** | **Contato** |
| Nome | Secretaria de \_\_\_\_\_\_\_ | Micro-Ônibus e Van | Transporte do *Staff* | (99) 99999-9999- |

1. **Materiais**

Serão utilizados os seguintes materiais.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| ***Player*** | **Órgão** | **Recurso Material** | **Responsabilidades** | **Contato** |
| Nome | Secretaria de \_\_\_\_\_\_\_ | Cadeiras, alto-falantes, camisetas, etc. |  | (99) 99999-9999- |

Faz-se necessária a utilização de materiais estruturais, como tendas, salas físicas para qualquer reunião de apresentação do simulado, alimentação e hidratação para as equipes responsáveis pela organização, além do próprio abrigo no qual, a estrutura poderá ser testada para a comunidade de 180 pessoas afetadas.

Ainda, durante a própria definição da utilização do abrigo, um dos propósitos do Plano Simulado pode ser o teste dessa estrutura para comportar a comunidade afetada. Durante a fase de teste do abrigo, seu acionamento deve se dar por meio de seus responsáveis que encontram-se cadastrados no Plano de Contingência. Tal acionamento ocorrerá, primeiramente, pela tentativa de contato via telefone celular com os seus devidos responsáveis. Enquanto funcionamento de abrigo, tal etapa pode ser utilizada para a conferência das informações e dos materiais já cadastrados, auxiliando na atualização do Plano de Contingência.

1. *Rotas de fuga e pontos de encontro/concentração.*

Indicar as necessidades de demarcação de locais de concentração, rotas de fuga, abrigos, residências participantes e outras.

Esse tópico é muito importante pois toda a população local passível de ser afetada e que estão participando do simulado devem ter conhecimento acerca das rotas de fuga em caso de desastres e quais os pontos no terreno já estão previamente definidos para encontro dos afetados, e recepção por parte do poder civil, bem como os locais de concentração de vítimas, esse último caso os abrigos.

Exemplo de indicação possível.



**AÇÕES PRÉVIAS DE PREPARAÇÃO DO SIMULADO**

**AÇÕES DE PREPARAÇÃO DO EXERCÍCIO SIMULADO** (descrever/manter aquelas que efetivamente deverão ser realizadas)

* 1. Reconhecimento do local e levantamento das circunstâncias da ocorrência, como, por exemplo, identificação do tipo de desastre, mapeamento de áreas de risco, a fim de encontrar possíveis situações de vulnerabilidade para evacuação da comunidade; por meio dos riscos definidos no Plano de Contingência, delimitar as rotas de fuga bem como as áreas de estacionamento de veículos para transporte dos afetados pelo desastres para os abrigos já definidos e, por fim, coletar informações gerais sobre a comunidade de Portinho que sejam relevantes para a condução do simulado.
  2. Estabelecer bem as responsabilidades dos organizadores/observadores e das instituições que atuarão.
  3. Estabelecer pontos objetivos para o feedback após o simulado, de maneira que o desempenho possa ser avaliado (de forma construtiva, o objetivo é identificar pontos de melhoria e pontos fortes do simulado)
  4. Elaboração e garantia da difusão do plano de ações do simulado à instituições envolvidas. É importante que todos os envolvidos tenham ciência do plano de ações elaborado, verificar a presença de todos os participantes e esclarecer questionamentos que possam surgir.
  5. Reunião com as instituições envolvidas. Informação sobre a realização do exercício simulado. Onde deverá ser informado aos meios de comunicação local sobre a data e horário de realização do simulado bem como qual vai ser a comunidade que fará parte do exercício, garantindo assim a difusão da informação para a população local.
  6. Elaboração dos tipos de alerta à população. Essa etapa do preparo do simulado é de extrema importância para que a população se familiarize com as principais formas de alertas, como por meio de sms, rede de acionamento, funcionando como um plano de chamada, sinais sonoros em locais específicos, dentre outros. É necessário preparar ao máximo a população para que o tempo de resposta a quaisquer sinais de alerta seja o menor possível.
  7. Reunião com a comunidade na qual será executado o simulado, para que sejam passados os objetivos e informações importantes visando a colaboração da população. Também, é nessa situação que serão transmitidas as informações entre os agentes e a comunidade, bem como atualizados os dados de recursos, de contatos para plano de chamadas, dentre outros, cadastro de grupos de voluntários e divisão dos papéis que cada um deverá desempenhar.
  8. Definição dos meios de comunicação entre os atores, e estabelecer relações com a mídia. Manter uma comunicação ativa por meio de rádio-comunicadores e de telefonia móvel com os principais atores envolvidos no exercício simulado, quer seja, os componentes do comando unificado, os responsáveis pelos abrigos, líderes comunitários, responsáveis pelos grupos de voluntários e responsáveis pelos recursos em apoio.
  9. Formas de monitoramento dos riscos e das atividades desenvolvidas. Estar em constante monitoramento e ligação com a Defesa Civil local. Além de estar constantemente em observação dos procedimentos tomados pelos agentes, verificando a eficiência e eficácia das ações.
  10. Procedimentos de atendimento de emergência. É preciso que seja muito bem definido os papéis de todos os órgãos responsáveis pelo atendimento da simulação de quaisquer desastres, como por exemplo, de que forma o Corpo de Bombeiros irá atuar, realizando buscas e resgates, de acordo com o tipo de ocorrência, a polícia de trânsito, que poderá atuar de modo a reduzir os transtornos nas vias públicas decorrentes do evento, a defesa civil propriamente dita, que possuirá atribuições principalmente no sentido de coordenar as diversas entidades atuantes no simulado, como serão mobilizados os recursos do município, como serão organizadas as famílias durante a evacuação das residências e alocação nos abrigos, dentre outros.
  11. Preparar estruturas físicas e espaços que serão utilizados durante o simulado.
  12. Acionar os recursos institucionais necessários.
  13. Fazer as comunicações formais com os órgãos/entidades envolvidos/as.
  14. Realizar treinamento sobre o Sistema de Comando de Incidentes aos envolvidos.
  15. Prever atividades que serão desenvolvidas no abrigo com a chegada da população.

**AÇÕES DE EXECUÇÃO DO SIMULADO**

**AÇÕES DE EXECUÇÃO DO EXERCÍCIO SIMULADO** (descrever conforme a sugestão local de atuação)

* 1. Distribuição dos Observadores (pré-início):

Como o objetivo do exercício simulado é avaliar a eficiência do sistema de alerta antecipado, a desocupação da comunidade em risco e, ainda, a eficiência nas estratégias de atendimento ao desastre realizado pelos principais atores envolvidos, os observadores serão espalhados anteriormente para que avaliem a execução do exercício com métricas já definidas para cada esfera de atuação.

* 1. Monitoramento meteorológico (

Será realizado o monitoramento da área, por meio do SMDC, para que mediante a captação dos dados das ameaças decorrentes de fenômenos hidrometeorológicos, emita o alerta e assim iniciar a execução do exercício simulado.

* 1. Emissão das Mensagens de alerta:

Disparo de mensagens de alerta para a população da área afetada definida, conforme a seguir:

Alerta urgente: Em função da previsão do tempo que indica fortes chuvas nas próximas horas, a Defesa Civil acionou seu plano de desocupação. Você deverá sair da área de risco e deslocar para uma área segura, conforme foi orientado anteriormente.

Os avisos de alerta e alarme devem chegar até as pessoas em perigo com

antecipação suficiente para permitir o preparo. Além disso, a comunidade precisa conhecer esses avisos, compartilhar seus significados e importância, e integrar às suas práticas cotidianas.

Para tanto, como forma de duplicar os meios de alerta, será encaminhada também uma equipe de evacuação para o local a fim de avisar fisicamente àqueles que por ventura não conseguirem acesso à informação por telefonia móvel.

* 1. Acionamento dos principais atores para estabelecimento do SCI:
     1. Utilizando a assunção formal do comando primeiramente, a função de comando será exercida pelo primeiro que chegar na cena de emergência, e em seguida serão nomeadas as demais funções do SCI, de acordo com a disponibilidade de pessoal, obedecendo a ordem.
     2. Para integração das organizações e agências em um comando unificado. Para isso, deverá ser acionado inicialmente o COMPDEC, para assim ativar o SCI, juntamente com a montagem do Posto de Comando e subsequente organização das ações a serem tomadas na sequência, conforme a composição e atribuições.
  2. Montagem do Posto de Comando e demais estruturas do Sistema de Comando de Incidentes (SCI):
     + 1. POSTO DE COMANDO: Local utilizado para reunião do comando e discussão dos planos elencados.
  3. Identificação das áreas de atuação (áreas afetadas, áreas seguras, etc):
     1. Emprego de mapas e croquis pela equipe de planejamento, delimitando a área da comunidade afetada.
     2. Realização de barreiras de isolamento para que terceiros não adentrem à área.
     3. Balizamento das rotas de fuga.
     4. Definição da área de estacionamento de veículos de apoio e de emergência empregados no transporte dos afetados.
     5. Definição de área para atendimento primário de possíveis vítimas do desastre.
     6. Definição dos itinerários entre a área de resgate e o abrigo.
     7. Monitoramento da área afetada para definir áreas de prioridade de atuação (população mais atingida, menor número de evacuados, áreas de difícil acesso).
        1. HELI BASES OU HELIPONTOS: o apoio de veículos aéreos é importante para atuar em grandes desastres, coletando informações e fotografias do local e até mesmo para transportar vítimas.
        2. ÁREA DE ESPERA: é basicamente um estacionamento. Por vezes não é possível ficar todo o tempo no cenário do desastre, desse modo a área de espera se configura num local de deixar as viaturas.
        3. ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DE VÍTIMAS: local onde as vítimas podem ser triadas e diagnosticadas, provendo o primeiro atendimento necessário.
        4. ÁREAS DE TRABALHO
           1. ZONA FRIA: considerada uma área segura. Geralmente está longe do foco do desastre, proporcionando um espaço para manter os recursos e demais questões logísticas.
           2. ZONA MORNA: se resume a uma zona de transição. Nesse local, não há um risco tão elevado quanto no foco do desastre, porém ainda devem ser tomados certos cuidados. Os comandantes do incidente podem utilizar essa área para observar as ações que estão sendo realizadas, porém com uma amplitude maior de visões.
           3. ZONA QUENTE: é o foco do incidente. Nesse local podem apenas permanecer os profissionais que estão diretamente atuando no atendimento. Dessa forma, a zona quente possui um acesso restrito e representa o local de maior risco.
  4. Acionamento dos veículos de apoio e emergência para mobilização de recursos, deslocamento para o abrigo, etc:
     1. Um comando centralizado será o responsável por:
        1. Acionar todos os veículos para evacuação dos atingidos, repassando o local de estacionamento próximo ao local do desastre, o tempo de espera para embarque da população, o itinerário de deslocamento para o abrigo e manter atualizado o comando do incidente.
        2. Acionar os veículos de emergência para já se posicionarem na área segura próxima à área do desastre para eventuais atendimentos primários, definir o itinerário para o hospital e manter o comando do incidente atualizado.
        3. Acionar os veículos de apoio de transporte de materiais, se for o caso e possíveis deslocamentos do staff de comando.
  5. Ativação do Abrigo e organização para recepção da população:
     1. Um comando centralizado será o responsável por manter o abrigo ativo e em condições, da seguinte forma:
        1. Verificar as condições iniciais de higiene.
        2. Verificar as condições sanitárias do local.
        3. Verificar a necessidade de criação de dormitórios.
        4. Verificar as necessidades e providenciar alimentação.
        5. Disponibilizar uma equipe para recepção e cadastro da população atingida que adentrar ao abrigo, mantendo atualizado os contatos.
        6. Observar as necessidades gerais e solicitar apoio quando necessário.
        7. Manter sempre informado o comando do incidente.
  6. Acionamento dos órgãos de apoio e assistência para teste de capacidade de resposta:
     1. Deverão ser acionados os seguintes órgãos de apoio
        1. Assistência Social: que deverá verificar as necessidades das famílias dentro dos abrigos
        2. Conselho Tutelar: para o caso de menor de idade que esteja sem o familiar responsável
        3. REER: para estabelecimento de comunicação via rádio.
        4. Centro de Zoonoses: para encaminhamento de animais abandonados.
  7. Recepção da população no abrigo:
  8. Preenchimento da documentação necessária.

1. DESMOBILIZAÇÃO DO EXERCÍCIO SIMULADO
2. Após a execução das atividades esperadas, deverá ser iniciada a desmobilização do incidente, com o retorno da população às residências e reunião dos participantes para avaliação.
3. AVALIAÇÃO DO EXERCÍCIO SIMULADO
4. Aqui será adotado um formulário padronizado para coleta de informações importantes acerca dos objetivos que foram preestabelecidos para o simulado, contendo informações objetivas e qualitativas. Para isso, será feito um checklist contendo critérios a serem avaliados e alguns indicadores importantes para posterior análise, como tempo médio de desocupação pelas rotas de fuga definidas, comunicação entre as agências, número de agências envolvidas, quantidade de instituições privadas envolvidas, quantidade de profissionais envolvidos, etc. Outro aspecto importante é a comparação com outros simulados realizados para análise dos pontos negativos e pontos positivos, novas estratégias tomadas, etc.
5. Será proposta também uma reunião com todos os atores do processo, a fim de que sejam feitos os feedbacks, avaliando cada instituição envolvida e as pessoas que participaram. (o importante neste quesito é avaliar de acordo com os objetivos iniciais e procurar não ficar distribuindo defeitos ou responsáveis por erros, mas buscar identificar as lacunas e possíveis adaptações que sejam realistas).